

# **LAR SÃO VICENTE DE PAULO DE PASSOS**

Parecer do Conselho Fiscal  
Demonstrações Contábeis para os Exercícios  
Findos em 31 de Dezembro de 2016 e 2015 e o  
Parecer dos Auditores Independentes

**Gomes & Borges Consultores & Auditores Associados**

**BALANÇO PATRIMONIAL**  
(Expresso em Reais- R\$)

**ATIVO**

	<b>31.12.2016</b>	<b>31.12.2015</b>
<b>ATIVO CIRCULANTE</b>		
Caixa e equivalentes de caixa	1.558.286	1.470.962
Valores a receber	58.164	93.408
Outros valores a receber	143.340	132.254
Estoques	42.310	38.783
Adiantamentos	49.457	41.992
Outras provisões	<u>42.579</u>	<u>44.494</u>
	<b><u>1.894.136</u></b>	<b><u>1.821.893</u></b>
 <b>ATIVO NÃO CIRCULANTE</b>		
Outros valores	145.011	140.963
Investimentos	729.359	726.431
Imobilizado	<u>9.972.836</u>	<u>9.901.154</u>
	<b><u>10.847.206</u></b>	<b><u>10.768.548</u></b>
 <b>TOTAL DO ATIVO</b>	 <b><u>12.741.342</u></b>	 <b><u>12.590.441</u></b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**BALANÇO PATRIMONIAL**  
(Expresso em Reais- R\$)

**PASSIVO**

	31.12.2016	31.12.2015
<b>PASSIVO CIRCULANTE</b>		
Fornecedores	92.131	78.841
Empréstimo e financiamentos	25.352	21.584
Provisão de férias	261.061	252.451
Obrigações sociais e trabalhistas	208.036	176.086
Obrigações tributárias	-	3.536
Outros valores a pagar	<u>139.083</u>	<u>385.039</u>
	<b><u>725.663</u></b>	<b><u>917.537</u></b>
 <b>PASSIVO NÃO CIRCULANTE</b>		
Reclamação trabalhista	145.011	140.963
Receita diferida	=	=
	<b><u>145.011</u></b>	<b><u>140.963</u></b>
 <b>PATRIMÔNIO SOCIAL</b>		
Patrimônio social	8.767.619	8.289.066
Reserva de reavaliação	-	-
Ajuste avaliação patrimonial	3.040.170	3.040.170
Superávit acumulado	<u>62.879</u>	<u>202.705</u>
	<b><u>11.870.668</u></b>	<b><u>11.531.941</u></b>
 <b>TOTAL DO PASSIVO</b>	<b><u>12.741.342</u></b>	<b><u>12.590.441</u></b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO FINDOS  
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2.016 E 2.015  
(Expresso em Reais - R\$)**

	<b>31.12.2016</b>	<b>31.12.2015</b>
<b>RECEITAS OPERACIONAIS</b>		
<b>Com Restrição</b>		
Programas de Assistência Social	176.396	189.633
<b>Sem Restrição</b>		
Receita Lar dos idosos	2.413.351	2.178.842
* Receitas de Serviços Voluntários	59.672	7.328
Receita Funerárias	3.577.436	2.700.902
Receita Loteamento	27.319	-
Receita Cemitério Parque/ Municipal	772.788	885.484
Receita Hotel	1.240.909	1.191.970
<b>CUSTO E DESPESAS OPERACIONAIS</b>		
Custo Lar dos Idosos	(4.092.283)	(3.553.098)
* Contrapartida da Receita de Serviços Voluntários	(59.672)	(7.328)
Custo Funerária	(2.262.365)	(1.655.351)
Custo Loteamento	(4.822)	-
Custo Cemitério Parque/ Municipal	(302.228)	(233.332)
Custo Hotel	(1.091.313)	(1.077.686)
<b>RESULTADO BRUTO</b>	<b><u>455.188</u></b>	<b><u>627.364</u></b>
<b>DEPRECIAÇÕES</b>	(434.260)	(427.000)
<b>RECEITA/DESPESA FINANCEIRA</b>		
Receitas Financeiras	161.840	85.556
Despesas Financeiras	(119.889)	(83.215)
<b>SUPERÁVIT/DÉFICIT DO PERÍODO</b>	<b><u>62.879</u></b>	<b><u>202.705</u></b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA  
OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2.016 E 2.015  
(Expresso em Reais- R\$)**

Descrição	Patrimônio Social	Ajuste avaliação Patrimonial	Superávit Acumulado	Total
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014</b>	<b><u>8.072.696</u></b>	<b><u>3.268.742</u></b>	<b><u>(34.433)</u></b>	<b><u>11.307.005</u></b>
Transferência para fundo patrimonial	(34.433)		34.433	-
Transferência saldo reavaliação	228.572	(228.572)		-
Ajustes exercícios anteriores	22.231			22.231
Superávit do exercício	-			
Superávit do exercício			202.705	202.705
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015</b>	<b><u>8.289.066</u></b>	<b><u>3.040.170</u></b>	<b><u>202.705</u></b>	<b><u>11.531.941</u></b>
Transferência para fundo patrimonial	202.705		(202.705)	-
Doação Central Dízimo- PRÓ-VIDA	71.003		-	71.003
Ajustes exercícios anteriores	204.845		-	204.845
Superávit do exercício	-		62.879	62.879
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016</b>	<b><u>8.767.619</u></b>	<b><u>3.040.170</u></b>	<b><u>62.879</u></b>	<b><u>11.870.668</u></b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA EM 31 DE DEZEMBRO**  
**(Valores Expressos em Reais- R\$)**

	31.12.2016	31.12.2015
<b>ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>		
Superávit/ Déficit do exercício	62.879	202.705
Ajustes para conciliar o lucro líquido ao caixa líquido proveniente das atividades operacionais		
Depreciação	434.260	427.000
<b>Resultado ajustado</b>	<b>497.139</b>	<b>629.705</b>
<b>Aumento/redução em ativos operacionais</b>		
Valores a receber	35.244	42.866
Estoques	(3.527)	7.299
Adiantamentos diversos	(7.465)	(1.826)
Outras provisões	1.915	(17.096)
Outros ativos	(15.134)	(9.784)
<b>Aumento/redução em passivos operacionais</b>		
Fornecedores	13.290	6.560
Obrigações tributárias	(3.536)	165
Obrigações sociais e fiscais	31.950	1.237
Provisão de férias	8.610	36.857
Outros valores	(245.956)	246.536
Reclamação trabalhista	4.048	(8.703)
Receitas antecipadas	-	(18.210)
<b>Caixa líquido aplicado em atividades operacionais</b>	<b>(180.561)</b>	<b>285.901</b>
<b>ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>		
Investimento	(2.928)	(48.211)
Imobilizado	<u>(505.942)</u>	<u>(98.350)</u>
<b>Caixa líquido aplicado/origem em investimento</b>	<b>(508.870)</b>	<b>(146.561)</b>
<b>ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS</b>		
Empréstimos	3.768	(14.910)
<b>Caixa líquido aplicado/originado em financiamento</b>	<b>3.768</b>	<b>(14.910)</b>
<b>Ajustes exercícios anteriores</b>	<b>204.845</b>	<b>22.231</b>
<b>Doações recebidas</b>	<b>71.003</b>	<b>-</b>
<b>VARIAÇÃO LÍQUIDO NAS DISPONIBILIDADES</b>	<b><u>87.324</u></b>	<b><u>776.366</u></b>
<b>MODIFICAÇÕES NA POSIÇÃO FINANCEIRA</b>		
Caixa e equivalente no início do período	1.470.962	694.596
Caixa e equivalente no final do período	<u>1.558.286</u>	<u>1.470.962</u>
<b>VARIAÇÃO LÍQUIDO NAS DISPONIBILIDADES</b>	<b><u>87.324</u></b>	<b><u>776.366</u></b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
FINDAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2.016 E 2.015 DE ACORDO COM A ITG 2002.  
(Expresso em Reais – R\$)**

**1. NOTAS CONTEMPLADAS ÀS NORMAS BRASILEIRAS DE CONTABILIDADES ITG 2002 – ENTIDADE SEM FINALIDADE DE LUCROS**

**a. Contexto operacional**

O **Lar São Vicente de Paulo de Passos**, constituído em 11 de novembro de 1.932, conforme registro no livro de Pessoas Jurídicas nº A1, 21, registro 06, em 07 de dezembro de 1.935, é uma Pessoa Jurídica de Direito Privado, beneficente, filantrópica, caritativa e de assistência social, sem fins lucrativos que se rege pelo seu Estatuto Social e pela Legislação pertinente. A Entidade é reconhecida como de utilidade pública municipal, estadual e federal (revogado pela lei 13.019 de 31/07/2014). Possui Certificado de Entidade sem Fins Lucrativos, registro no Conselho Municipal de Assistência Social e atualmente as atividades da Entidade são supervisionadas pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS.

**b. Critério de apuração da receita e da despesa**

As receitas e despesas da Entidade são reconhecidas, respeitando-se o regime contábil de competência e apropriadas com base em documentos que atendem às exigências legais e fiscais. Em seu regulamento, as fontes de receitas decorrem de coletas realizadas durante os diversos tipos de reuniões, doativos, contribuições, auxílios, subvenções e doações patrimoniais, fideicomissos, doações e legados, campanhas, promoções e eventos, rendas de bens patrimoniais, receitas das unidades prestadoras de serviço e rendimentos de aplicações financeiras. Constituem despesas das Unidades Vicentinas os gastos autorizados que, direta ou indiretamente, forem efetuados para atingir seus objetivos institucionais, a saber: auxílio em dinheiro, utilidades, alimentos, remédios e outras formas, prestados com regularidade ou eventualmente, aos assistidos, pagamentos de empregados e encargos sociais; e a terceiros, por serviços especiais, pagamentos de tributos, taxas e contribuições. As doações, subvenções e contribuições, são lançadas em contas específicas de receita; todos os recursos obtidos são revertidos para a atividade fim.

**c. Isenções tributárias**

Todas as isenções são demonstradas como se a entidade não gozasse de isenção, ou seja, foram apropriadas em contas contábeis de receitas e despesas, os valores monetários referente aos exercícios findos em 2016/2015 estão destacadas no quadro abaixo:

<b>Isenções Tributárias</b>	<b>2.016</b>	<b>2.015</b>
INSS	803.803	710.467
COFINS	205.762	181.111
<b>Total de isenções</b>	<b>1.009.565</b>	<b>891.578</b>

**d. Subvenções recebidas pela entidade**

No exercício de 2016, foram recebidas subvenções dos seguintes órgãos: Fundo Nacional de Assistência Social, Prefeitura Municipal de Passos, Cemig S/A e Segov (valores apropriados de acordo com a NBC TG 07); Todos os recursos recebidos através de subvenções foram aplicados em custeio/investimento na atividade fim;

**e. Recursos de aplicação restrita**

Os recursos de aplicações restritas são os demonstrados a seguir:

Fundo Nacional de Assistência Social;

Cemig S/A – subvenção na conta de energia elétrica;

Prefeitura Municipal de Passos – auxílio custeio; e

Segov-MG – Verba para aquisição de veículo (valores apropriados de acordo com o NBC TG 07).

Todos os recursos recebidos através de subvenções foram aplicados em custeio/investimento na atividade fim, sendo cumpridas as exigências contidas nos convênios;

**f. Recursos sujeitos a restrições**

Os recursos sujeitos a restrições são todos os recursos citados no item “e” acima. Os valores monetários estão lançados na Demonstração de Resultado do Exercício;

**g. Eventos subsequentes à data do encerramento do exercício**

Não há eventos que tenham, ou possam vir a ter, efeito relevante sobre a situação financeira e os resultados futuros da entidade;

**h. Taxa de juros e garantias das obrigações a longo prazo**

A entidade possui o valor de R\$ 145.010,61, valor resultante de reclamação trabalhista julgada e sentenciada em última instância pela Justiça Trabalhista a pagamentos que finalizarão em janeiro de 2028; Quanto a garantias, o valor da sentença é irrelevante frente ao patrimônio da entidade, sendo este suficiente para garantir a dívida.

**i. Seguros contratados**

A cobertura de seguros foi contratada por montantes considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade e os riscos envolvidos.

**j. Entidade educacional**

Item não se aplica a esta Entidade.

**k. Imobilizado**

Os itens do imobilizado são demonstrados ao custo histórico de aquisição menos o valor da depreciação e de qualquer perda não recuperável acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis necessários para preparar o ativo para uso pretendido pela administração. A depreciação é calculada pelo método linear, para alocar seus custos, menos o valor residual durante a vida útil, revisado e ajustado, se necessário, quando existir uma indicação significativa desde a última data de balanço. Custos subsequentes são incorporados ao valor residual do imobilizado ou reconhecidos como



item específico, conforme apropriado, somente se os benefícios econômicos futuros associados a esses itens forem prováveis e os valores puderem ser mensurados de forma confiável. O saldo residual do item substituído ou alienado é baixado. Demais reparos e/ou manutenção são reconhecidos diretamente no resultado do exercício quando incorridos. Os novos pronunciamentos contábeis prevêem a constituição de provisão para recuperação dos ativos de vida longa. Esta redução do valor recuperável de ativos ("impairment") identifica evidência de perdas não recuperáveis ou ainda que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perdas nestes ativos. A Entidade não identificou mudanças que requeressem tal avaliação; os valores monetários referentes aos exercícios findos em 2016/2015 estão destacadas no quadro abaixo:

<b>IMOBILIDADE DESCRIÇÃO</b>	<b>CUSTO 31.12.2016</b>	<b>Depreciação 31.12.2016</b>	<b>Saldo 31.12.2016</b>	<b>SALDO 31.12.2015</b>
Edificações	4.141.784	1.114.615	3.027.169	3.073.638
Glebas e benfeitorias	269.489	49.992	219.497	221.340
Máquinas e equipamentos	497.027	262.798	234.229	403.531
Móveis e utensílios	290.784	114.573	176.211	110.248
Veículos	423.711	212.643	211.068	40.230
Equipamentos de informática	47.444	23.789	23.655	23.329
Máquinas equipamentos hotel	245.032	100.221	144.811	4.920
Móveis e utensílios hotel	588.827	212.668	376.159	374.160
Equipamentos de informática hotel	51.982	33.207	18.775	23.468
Veículos de uso hotel	58.278	39.278	19.000	34.317
Hotel rio grande	3.867.180	978.888	2.888.292	3.007.005
Terrenos	2.633.970	-	2.633.970	2.584.968
<b>TOTAL</b>	<b>13.115.508</b>	<b>3.142.672</b>	<b>9.972.836</b>	<b>9.901.154</b>

#### **I. Segregação de recursos**

Todos os eventos são lançados em conta contábil específica e segregados por centro de custo;

#### **m. Gratuidade**

A entidade cumpre o que determina a legislação em vigor.

#### **n. Demonstração do custo e subvenções recebidas**

Os custos do Lar São Vicente de Paulo de Passos são maiores que as doações e subvenções (valores apropriados de acordo com o NBC TG 07) recebidas conforme demonstrado abaixo:

	<b>2.016</b>	<b>2.015</b>
<b>Despesas do lar</b>	<b>4.336.277</b>	<b>3.735.760</b>
(-) Convênio prefeitura	(4.262)	(3.409)
(-) Subvenção CEMIG	(9.245)	(10.371)
(-) Subvenção FNAS/PMP	(99.000)	(108.852)
(-) Contribuição dos internos	(710.483)	(705.026)
(-) Convênio Terapia Ocupacional	(33.000)	(67.000)
(-) Convênio Sedese	(20.000)	-
(-) Convênio Furnas	(890)	-
(-) Convênio Segov	(10.000)	-
(-) Isenções	(1.009.565)	(891.578)
<b>Déficit do lar</b>	<b>2.439.832</b>	<b>1.949.524</b>

## 2 Contingências previdenciárias

A Entidade é parte de processo judicial pela Receita Federal do Brasil, relativo às quotas patrimoniais do período de janeiro de 1.985 a maio de 1.995. Com base na opinião de seus assessores Jurídicos que vislumbram um desfecho favorável no processo Judicial, a Administração da Entidade considerou desnecessária a constituição de provisão para perdas na sua Contabilidade.

Possui também um processo para o não recolhimento do PIS sobre folha no qual obteve uma liminar para o não recolhimento do PIS em 2016. Sendo assim optou pelo seu não recolhimento judicial e não fazer a provisão da despesa.

## 3 CERTIDÕES NEGATIVAS

A Entidade apresentou as Certidões necessárias nos âmbitos Federal, Estadual e Municipal estando elas em plena vigência.

## 4 CORREÇÕES NOS VALORES MONETÁRIOS DO EXERCÍCIO DE 2015

Foram alterados dados financeiros do exercício de 2015, publicado em 15/06/2016, pois, estes apenas foram publicados incorretamente, porém, não foram alterados os fatos contábeis lançados nos livros contábeis do exercício de 2015, portanto o resultado, ou seja, superávit do exercício não sofreu alterações. Serve esta nota explicativa para retificação de dados financeiros e ratificação do resultado do exercício.

José Benedito Ferreira  
-Presidente-  
CPF 263.450.806-91

Edmundo Vitor do Nascimento  
Contador  
CRC- MG.94.536

Wilk Vilela Lemos  
-Tesoureiro-  
CPF-407.685.707-00

## **PARECER DO CONSELHO FISCAL REFERENTE AO EXERCÍCIO DE 2016**

O Conselho Fiscal do Lar São Vicente de Paulo de Passos, em cumprimento aos seus deveres estatutários previstos no inciso II do artigo 33, se reuniu para analisar as demonstrações contábeis do exercício social de 2016.

Após análise minuciosa dos documentos econômicos, financeiros e patrimoniais a nós colocados a disposição pela diretoria da Entidade, constatamos a perfeita ordem. Sendo assim, os membros do Conselho Fiscal do Lar São Vicente de Paulo de Passos reconhecem e atestam a precisão das demonstrações contábeis do exercício de 2016 e propõe a sua íntegra aprovação sem ressalvas.

Passos (MG), 06 de abril de 2017

---

ANTÔNIO VIRGILIO SEVERINO DA MATA

---

JOSÉ PINTO DA SILVA

---

ROSANA PARACHINNI FIGUEIREDO



## **PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES**

### **Aos Administradores**

### **LAR SÃO VICENTE DE PAULO DE PASSOS.**

Belo Horizonte – MG

Examinamos os Balanços Patrimoniais do **LAR SÃO VICENTE DE PAULO DE PASSOS** levantados em 31 de dezembro de 2.016 e 2.015, as respectivas demonstrações dos resultados, das mutações do patrimônio líquido e a demonstração do fluxo de caixa correspondente ao exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

### **Responsabilidade da Administração pelas Demonstrações Financeiras**

A administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para Pequenas e Médias Empresas e práticas contábeis aplicáveis às entidades supervisionadas pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fomes – MDS, pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorções relevantes, independentemente se causada por fraude ou erro.

### **Responsabilidade dos Auditores Independentes**

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigência ética pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorções relevantes.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidências a respeito dos valores e divulgações apresentadas nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras,

independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Entidade para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Entidade. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### **Opinião**

Em nossa opinião as demonstrações financeiras referidas acima representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do **LAR SÃO VICENTE DE PAULO DE PASSOS**, em 31 de dezembro de 2.016 e 2.015, o desempenho de suas operações, as mutações de seu patrimônio líquido e o seu fluxo de caixa, referentes aos exercícios findos naquelas datas, de acordo com as práticas Contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pelo Ministério do desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS.

Belo Horizonte, 06 de abril de 2.017.

**GOMES & BORGES CONSULTORES & AUDITORES ASSOCIADOS S/C LTDA.**

**C.N.P. J. 05.549.808 / 0001-46 – CRC / MG Nº 006863/0**

**JAIRO GERES GOMES**

**CONTADOR - CRC-MG 059.508 / 0-4**

**IBRACON – Instituto dos Auditores independentes do Brasil –**

**Câmara de Auditor - nº 3.765**